

ECONOMIA

Relator da reforma quer dobrar o tempo de transição de servidores

Segundo interlocutores, deputado também pretende reduzir a idade mínima de professores e policiais

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

O relatório final da Reforma da Previdência, que deve ser apresentado no dia 15 deste mês, conforme a expectativa do relator do texto Samuel Moreira (PSDB-SP), vai alterar pontos-chaves do substitutivo. Entre eles, segundo a publicação Congresso em Foco, está a regra de transição de servidores públicos, que dobraria, as idades mínimas de professores e de policiais, que seriam reduzidas, só não se sabe quanto tempo. Ainda de acordo com a publicação, o relator teria confidenciado a parlamentares que pretende instituir pedágio de 100% como norma de transição para os atuais servidores.

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6, por exemplo, se um servidor tem 58 anos de idade e faltassem seis meses para adquirir o direito à aposentadoria, ele teria que trabalhar sete anos a mais, até completar 65 anos de idade para aposentar. Mas com o pedágio, o tempo restante para completar as condições de aposentar dobraria e passaria dos atuais seis meses para um ano. Assim, o funcionário não seria mais tão prejudicado.

Já no caso dos professores, a proposta do governo obriga homens e mulheres a se aposentarem com a mesma idade mínima, ou seja 60 anos. Hoje, eles se aposentam com o mínimo de 55 (homens) e 50 (mulheres). Samuel Moreira, atendendo a apelos das bancadas, teria aceitado reduzir a idade mínima destes trabalhadores. Mas ainda haveria dúvidas quanto a fórmula que será adotada. Uma alternativa

seria o redutor de cinco anos. E como funcionaria? As professoras se aposentariam com 57 anos e os docentes com 60 anos - cinco a menos do que o proposto pela PEC 6 para os demais trabalhadores (62 e 65, respectivamente). Outra possibilidade é fixar a idade em 55 para mulher e 60 para homem, estendendo dessa forma em cinco anos a idade exigida pela legislação em vigor. Discute-se ainda a possibilidade de mudar o tratamento dos policiais. Para esse grupo, o governo quer adotar a idade mínima de 55 anos.

OUTROS PONTOS

Muito discutidos entre parlamentares, outros pontos de

Aposentadoria rural, cálculo das pensões e o BPC também devem ser alterados

vem ser modificados. São eles: aposentadoria rural, cálculo das pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago a idosos e deficientes físicos de baixa renda.

“Para obter o mínimo de três quintos dos 513 deputados, o governo tem que melhorar muito a proposta. Acredito que mais de 20 mudanças deverão ser feitas. Sem isso, não passa”, avalia o líder do Cidadania (ex-PPS) na Câmara, Daniel Coelho (PE).

Após passar pela Comissão Especial da Câmara, o texto precisa ter os votos de 308 votos, e de pelo menos 49 senadores, em dois turnos de votação. Para só depois de aprovado pelo Congresso, o texto será promulgado.



Relator da reforma, deputado Samuel Moreira, pretende entregar relatório final no próximo dia 15

Proposta eleva tributação de bancos

► O final de semana deve ser movimentado para as equipes que continuarão trabalhando para fechar detalhes sobre as mudanças no texto da Reforma da Previdência, que deve ser apresentado no próximo dia 15. Um ponto que está na mesa é o aumento da tributação sobre bancos para arrecadar mais aos cofres públicos. A ideia prevê o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 15% para 20%.

A taxa extra, que começou em 2015, perdeu a validade em 31 de dezembro do ano passado. Ao prever novamente uma taxa de 20%, a expectativa é que o governo possa arrecadar por volta de R\$ 5 bilhões ao ano. A possibilidade de retomar essa tributação é criticada pela Federação dos Bancos (Febraban). Em publicação em que apresenta razões para justificar os altos juros do país, a entidade afirma que a diferença de tributação das instituições financeiras estimula a concentração. Empresas não financeiras pagam 9%

de CSLL, os bancos recolhem 15% e, se aprovada a medida, pagarão 20%.

Uma outra questão que também está na mesa dos técnicos é a pensão por morte. O relator do texto da Reforma da Previdência, deputado Saulo Moreira (PSDB-SP), defende que o valor não seja inferior a um salário mínimo (R\$ 998) quando este benefício for a única fonte de renda da pessoa. Na versão apresentada por Bolsonaro, há uma fórmula que possibilitaria valores abaixo do mínimo.

SECRETÁRIO

‘Reforma não resolve tudo’

■ A Reforma da Previdência não vai resolver o problema do crescimento do país. A avaliação é do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, que participou de evento do setor de serviços em São Paulo, o 19 Summit de Assessoramento. No entanto, o secretário ponderou que as mudanças nas regras previdenciárias vão trazer segurança jurídica para que o Brasil volte a atrair novos investimentos.

“A Nova Previdência não é uma panaceia, não vai resolver os problemas do Brasil, não é ela que vai trazer redenção, retomada do crescimento estrutural de forma sustentada. Mas ela é a base disso”, afirmou Marinho, segundo a Agência Estadão Conteúdo.

O secretário disse também que sua pasta da Economia se debruça sobre as mudanças nas Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho, que dispõem sobre segurança e saúde dos trabalhadores. Segundo ele, a intenção é apresentar as primeiras modificações em cinco NRs ainda este mês.

Marinho afirmou ainda que pretende apresentar um cronograma sobre as mudanças nas próximas NRs até o fim do ano. De acordo com o secretário, o governo vai respeitar a segurança e a saúde do trabalhador, “mas com bom senso”. “O Brasil não pode ser fábrica de geração de empecilhos”, disse.

Cuidados antes de contratar plano de saúde

Veja o que fazer para não ser pego de surpresa ao fechar contrato. ANS suspende a venda de 51 convênios médicos

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a venda de 51 planos de 11 operadoras de saúde em todo o país em função de reclamações de consumidores por falta de atendimento de serviços. No total, os planos suspensos a partir do dia 14 atendem 600 mil beneficiários, que ficarão protegidos e têm mantida a garantia da assistência regular. Para evitar ser pego de surpresa, quais os cuidados que clientes devem ter na hora de contratar um convênio médico? **O DIA** listou algumas observações.

Entre as principais dicas da própria ANS estão: verificar se a operadora possui registro ou pendência na agência reguladora, se há reclamações contra o plano, escolher tipo de plano que atende às necessidades dos usuários, cobertura, acomodações e rede credenciada.

PRINCIPAIS RECLAMAÇÕES

Entre as principais queixas recebidas e que devem ser consideradas antes de fechar o con-



Agência reguladora tem no site relação de operadoras suspensas

LIGAÇÃO GRÁTIS

0800

A consulta sobre os planos de saúde pode ser feita no Disque-ANS pelo telefone 0800 701 9656.

trato são: descumprimento de prazos estabelecidos para atendimento médico, realização de exames e internações.

Para saber se o plano está suspenso, basta consultar o endereço www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/contratacao-e-troca-de-plano/planos-de-saude-com-comercializacao-suspensa/operadoras-com-planos-suspensos.

De acordo com a agência reguladora, os convênios só podem voltar a ser comercializados quando forem comprovadas melhorias.

CONFIRA AS DICAS

REGISTRO NA ANS

■ Antes de assinar o contrato, verifique se a empresa escolhida e o plano a ser contratado têm registro na agência reguladora ou se estão com alguma pendência no cadastro.

TIPOS DE PLANO

■ Pense para quem o plano de saúde será contratado. O convênio se enquadra na categoria individual quando for para um consumidor e sua família. Se o contrato é fechado por uma empresa, sindicato ou associação ao qual o consumidor é filiado, o plano é considerado coletivo. As regras são diferentes nos dois tipos de contratos.

NECESSIDADES

■ Avalie as necessidades de quem usará os serviços: quantas pessoas são, quais as condições de saúde e idade, tipos de atendimentos podem precisar e quanto é possível pagar ao plano por mês.

SEGMENTAÇÃO

■ Escolha a segmentação de

plano mais adequada às necessidades identificadas. Ele pode ser: ambulatorial (para consultas, inclusive pré-natal, exames e cirurgias sem internação); hospitalar (internação); odontológico; ambulatorial mais hospitalar, com ou sem serviços de odontologia e obstetrícia (pré-natal, parto e pós-parto) ou plano referência.

ACOMODAÇÃO

■ Se escolher por um plano hospitalar, analise se deseja acomodação individual (quarto, pagando um pouco mais e tendo mais privacidade e um horário para visitas mais flexível) ou coletiva (enfermaria, economizando um pouco e ficando no mesmo ambiente que outros pacientes).

REDE CREDENCIADA

■ O usuário deve se informar sobre a rede credenciada do plano de saúde, para saber com antecedência quais hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde atenderão quando for necessário.

DIA A DIA

‘PESO-REAL’ É CRITICADO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a ideia apresentada na quinta-feira na Argentina pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a criação de uma moeda comum entre os dois países que se chamaria “peso real”. No Twitter, Maia questionou a ideia: “será? Dólar valendo R\$ 6? Inflação voltando? Espero que não”, disse o deputado.

INFLAÇÃO DESACELERA

A queda nos preços dos alimentos ajudou a desacelerar a inflação oficial no país em maio. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,13%, a menor taxa para o mês em mais de uma década (desde 2006), informou o IBGE. O melhor cenário inflacionário pode reforçar o debate sobre um corte da taxa básica de juros, a Selic (hoje em 6,5% ao ano), opinou o economista-chefe da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini.